

O projeto educacional da Itaipu Binacional para a margem direita paraguaia (1974-1985)¹

The Binational Itaipu educational project for the Paraguayan right margin (1974-1985)

Denise Kloeckner Sbardelotto*

André Paulo Castanha**

Resumo: O artigo analisa o “Projeto Educacional da Itaipu Binacional para a margem direita paraguaia”, viabilizado durante o período de construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, entre 1974 e 1985. Na margem direita, o Paraguai organizou uma estrutura ideológica que estava alicerçada em iniciativas de educação formal e não-formal, viabilizadas nas Vilas Habitacionais e Canteiro de Obras. Sob pressupostos do materialismo histórico-dialético, esta pesquisa utilizou instrumentos teóricos, bibliográficos, documentais e entrevistas semiestruturadas. Concluímos que o convênio entre Itaipu Binacional e o “Ministerio de Educación y Culto – MEC” garantiu o controle da entidade e dos representantes do convênio sobre as instituições, a segregação entre as Áreas Habitacionais, espaços de lazer, escolas e colégios. Tratava-se de um aparato ideológico destinado aos trabalhadores e seus dependentes, como forma de disciplinamento e controle, dentro e fora da Usina.

Palavras-chave: Educação. Itaipu Binacional. Paraguai.

Abstract: This article analyzes the “Itaipu Binational Educational Project for the Paraguayan right Margin”, made possible during the construction period of the Itaipu Binational Hydroelectric Power Plant between 1974 and 1985m. On the right bank, Paraguay organized an ideological structure that was based on formal and non-formal education initiatives, made possible in the Housing Villages and Construction Site. Under the assumptions of historical-dialectical materialism, this research used theoretical, bibliographic, documentary and

¹ Esta texto é resultante do Pós-Doutorado realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão – Paraná, supervisionado pelo professor Dr. André Paulo Castanha. Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual do Oeste (Unioeste); Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pedagoga pela Unioeste. Professora do Centro Universitário UniFatecie, nos cursos de Pedagogia e Psicologia. E-mail: deniseklsb@yahoo.com.br.

** Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Pós-doutor na área de Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do curso de Pedagogia e do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Francisco Beltrão. E-mail: andrecastanha66@gmail.com



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

semi-structured interviews. It was concluded that, although the control and consensus-building strategies were similar to those used in the Brazilian left margin, in Paraguay there was greater participation of the public power in the provision of formal education, through agreements between the entity and the “Ministry of Education and Cult - MEC”.

Keywords: Education. Itaipu Binacional. Paraguay.

Recebido em 20/04/2021. Aceito em 02/06/2022

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar o “Projeto Educacional da Itaipu Binacional para a Margem Direita Paraguaia²”, durante o período de construção da Usina Hidrelétrica, entre 1974 e 1985. O recorte histórico tem por justificativa a data da criação oficial da entidade e o término da construção civil da Usina, bem como mudanças na gestão da Itaipu Binacional.

Itaipu era prioridade para o governo paraguaio. A infraestrutura das Vilas e Áreas Habitacionais, de ambas as margens³, continha todo o aparato necessário para dar condições à execução do rígido cronograma da obra, de modo que não sofresse atraso e que a Usina atendesse a demanda prevista por energia. Havia, portanto, íntima relação entre a infraestrutura física e social proporcionada por Itaipu aos trabalhadores e a preocupação com a “harmonia social e produtividade”.

A margem direita paraguaia recebeu uma infraestrutura muito similar à margem esquerda brasileira. Sob gestão da entidade, no Paraguai, essa infraestrutura foi organizada pelo “Consorcio de Empresas Constructoras Paraguayas S.A. – CONEMPA”, mas com interferência direta do consórcio brasileiro “União de Construtoras – UNICON”. Através dessa infraestrutura, foram viabilizadas ações de educação formal e não formal (GOHN, 2006), com a oferta de educação técnica, básica e cultural/lazer aos trabalhadores paraguaios e seus dependentes.

Sob pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético, as análises desta pesquisa estiveram amparadas em obras de Karl Marx, David Harvey, Eric Hobsbawn e Antonio Gramsci, atribuindo centralidade nas categorias “ideologia” e “hegemonia”. O método permite o estudo do concreto, da materialidade histórica e possibilita apreender as múltiplas determinações da realidade. Pelo estudo histórico, entendemos que um fato não pode ser compreendido somente a partir de seu estado atual, mas é necessário verificar os condicionamentos ao longo do processo. Partindo do pressuposto dialético, entendemos que a realidade resulta do movimento de constantes contradições e que o movimento da história sofre interferências do homem e este da história (MARX; ENGELS, 1986). Gramsci leva-nos à ampliação do conceito

² Levando em consideração a posição geográfica da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o Paraguai está situado à “margem direita do Rio Paraná” e o Brasil à “margem esquerda do Rio Paraná”.

³ As análises realizadas sobre a margem direita paraguaia tiveram como ponto de partida a tese de doutoramento, intitulada “O Projeto Educacional da Itaipu Binacional (1974-1985): uma educação para cada vila e para cada fração da classe trabalhadora” (2014), defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

marxista de Estado e estabelece uma relação dialética entre estrutura e superestrutura, presupondo a existência de fenômenos superestruturais necessários à estrutura. Assim, elevou o conceito de superestrutura desenvolvido por Marx e diferenciou-se deste quando considerou as relações ideológicas e culturais como tão importantes quanto as relações de produção. Assim, o Estado tem um caráter formativo: “[...] o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados.” (GRAMSCI, 1991, p. 87).

A pesquisa se utilizou de instrumentos de investigação bibliográficos, documentais e fontes orais (entrevistas semiestruturadas). A análise bibliográfica foi realizada a partir de livros, teses, dissertações, monografias, trabalhos de conclusão de curso e artigos publicados, disponíveis na forma impressa em bibliotecas ou em sítios de buscas e de Programas de Pós-Graduação do Brasil, Paraguai e Argentina. A análise documental foi realizada a partir de fontes primárias e secundárias coletadas na margem esquerda e direita da Usina Hidrelétrica de Itaipu, do tipo: fontes escritas (manuscritas e impressas) e fontes imateriais (fontes orais e iconográficas) (CARDOSO, 1981). Quando situadas no corpo do texto, optamos por apresentar o grande número de referências em espanhol “entre aspas”.

Inicialmente, analisamos os aspectos sociais, históricos e políticos da ditadura Stroessner (1954-1989) e a influência nas negociações para criação da Itaipu Binacional. Na sequência, apresentamos uma caracterização das cidades da área de influência de Itaipu e suas Áreas Habitacionais. Por último, analisamos como foi ofertada a educação não formal e formal nas Áreas e Canteiro de Obras, enquanto Projeto Educacional da entidade para os paraguaios e seus dependentes.

Ditadura Stroessner e Itaipu Binacional: Tratados, “política pendular” e repressão

Alfredo Stroessner governou o Paraguai durante um período de Guerra Fria (1945-1991) - chamada por Hobsbawm (1995) de “Era de Ouro” -, contexto em que a influência norte-americana nos países da América Latina exigia a expulsão da “ameaça comunista”. Segundo Hobsbawm (1995, p. 341), sob este pretexto e a necessidade de manter a economia de monopólios, superpotências associadas às oligarquias financeiras locais apoiaram diversos governos antidemocráticos na América Latina: “A política de golpes militares foi, portanto, produto da nova era de governo incerto ou ilegítimo.”

Em maio de 1954, sob a justificativa desta “ameaça” sobre o governo civil, houve um momento político importante para o Paraguai, que iria definir sua história pelos próximos trinta e cinco anos: o golpe de Estado que retirou do poder Federico Chávez e instalou um governo civil-militar, sob o comando do General Alfredo Stroessner (1912-2006). A partir deste momento, o Paraguai estava sob a égide dos interesses norte-americanos, bem como sob a influência desempenhada pelo Brasil na América Latina. Conforme afirma Nickson (2010, p. 16):

El régimen de Stroessner descansó en cinco mecanismos cruciales que le permitieron mantenerse en el poder durante tanto tiempo: una fachada democrática, un sistema de represión eficaz, la corrupción institucionalizada, el uso de la ideología nacionalista, y el apoyo del gobierno de los Estados Unidos.

A “fachada democrática” era mantida por um sistema parlamentar submisso, partidos políticos domesticados e eleições fraudulentas a cada cinco anos, que legitimavam Stroessner no

poder. A ideia de democracia era difundida com frequência nos discursos oficiais, que também reforçavam a pretensão de legalidade constitucional de todos os atos arbitrários do governo. O sistema de repressão eficaz foi articulado dentro das próprias instituições oficiais e formais do Estado Nacional, diferentemente de outros países da América Latina, onde foram instaladas polícias paralelas e instrumentos clandestinos de informações e torturas (NICKSON, 2010).

A corrupção institucionalizada foi fundamental para manutenção do regime Stroessner por tantos anos. Era o “el precio de la paz” como dizia o ditador (NICKSON, 2010). Diversas benesses foram concedidas à oficiais, políticos, generais, empresariado e elite agrária, na compra da lealdade ao regime. Essas benesses incluíam o uso de recursos e bens públicos para interesses comerciais privados, concessão de cargos estratégicos no serviço público e do controle do contrabando e tráfico de cigarros, bebidas, drogas e armas, subornos e propinas em acordos nacionais e internacionais – tais como o acordo firmado para construção de Itaipu –, e concessões de terra e bens públicos por preços simbólicos a particulares, às Forças Armadas e ao Partido Colorado (NICKSON, 2010). Portanto, sustentado pelo setor militarista do Partido Colorado e pelas Forças Armadas, a ditadura Stroessner foi a mais longa de todas as da América Latina e significou para o Paraguai uma gestão autocrática, despota e corrupta, ancorada no culto à personalidade do ditador (ELÍAS & CHAPARRO, s/d).

A ditadura civil-militar de Stroessner, até meados da década de 1970, não oportunizou significativo crescimento econômico e industrial ao Paraguai. Ainda era um período marcado pela expansão da colonização das terras férteis por estrangeiros, sobretudo, brasileiros. Embora não tenha significado um desenvolvimento efetivo da industrialização no país, o cenário de estagnação econômica começou a se alterar quando o Paraguai iniciou a parceria com o Brasil para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, pelos termos do “Tratado de Itaipu”. No próximo tópico, apresentaremos o contexto em que este tratado foi firmado e as expectativas em torno da criação de um parque industrial paraguaio.

“Política pendular” do Paraguai, os Tratados e a cota de energia elétrica

No início do governo Stroessner o Paraguai mantinha uma economia primitiva, extrativa e predominantemente exportadora de matérias primas sem beneficiamento (algodão, madeira, carne, tabaco e erva-mate), calcada em latifúndios e minas cativas de petróleo – sob escolta de bases militares norte-americanas –, e marcado por frágeis políticas públicas e altos índices de miséria das classes trabalhadoras (LAMBERTI, 2011). Para Pereira (1974), investir em produção de energia elétrica não era necessidade de um país de pouca manufatura e desinteressado na industrialização. Porém, ao Brasil e à Argentina, a demanda prevista por energia era crescente. O processo de reestruturação capitalista, baseada na globalização e internacionalização da economia foi iniciado durante a década de 1960 entre os países capitalistas adiantados e acelerou-se durante a década de 1970, mesmo em contexto de crise:

De fato, na década de 1970 observadores começaram a chamar a atenção para uma “nova divisão internacional do trabalho”, ou seja, uma maciça transferência de indústrias que produziam para o mercado mundial, da primeira geração de economias industriais, que antes as monopolizavam, para outras partes do mundo. [...] Também se deveu aos esforços deliberados de governos do Terceiro Mundo para industrializarem-se, conquistando mercados de exportação, se necessário (mas preferentemente não) à custa da velha proteção de mercados internos (HOBSBAWM, 1995, p. 354).

Diante da pressão argentina e brasileira sobre o Paraguai por aliança, Stroessner permaneceu numa postura “pendular”: “Os paraguaios, depois de anos de subordinação e isolamento, estavam usando a chamada diplomacia pendular entre seus dois importantes vizinhos na tentativa de obter vantagens de ambos.” (MENEZES, 1987, p. 111). Ao assumir essa política, Stroessner diminuiu as relações com a Argentina e aproximou os interesses paraguaios dos brasileiros. Embora não rompesse com a Argentina, neste período, a política externa do Paraguai pedia mais para o Brasil, na “[...] retomada de entendimentos *pragmáticos* visando à cooperação.” (SILVA, 2006, p. 11, destaque do autor). O Paraguai via-se pressionado a se inserir na divisão internacional do trabalho, adequando-se ou não representando resistência aos projetos imperialistas para os países de Terceiro Mundo. Além disso, o interesse do Paraguai era de se tornar um exportador de energia elétrica (MAZZAROLLO, 2003). Conforme Menezes (1987): “É também medianamente claro que uma boa parte do futuro econômico paraguaio, de uma ou de outra maneira, está ligado ao Brasil através de fatores como Itaipu [...]” (MENEZES, 1987, p. 15).

Porém, essa aproximação entre os dois países passaria por muitos conflitos diplomáticos até se concretizar no Projeto Itaipu. As ideias do engenheiro Marcondes Ferraz para o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná desencadearam conflitos entre o governo Stroessner e Goulart. Por oposição ao projeto, o governo Stroessner fez campanha de hostilidade ao que chamavam de “imperialismo” ou “expansionismo brasileiro” (PEREIRA, 1974). O Brasil manifestava intenção de dividir por igual com o Paraguai os direitos sobre a hidrelétrica, e chegou-se, por hora, a um entendimento diplomático. Em 22/06/1966, foi assinada no Hotel Acaray, em “Ciudad Presidente Stroessner”, a “Ata de Iguazu” (ou “Ata das Cataratas”), pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Juracy Magalhães, e pelo Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Raul Sapena Pastor, na vigência dos governos Castelo Branco e Stroessner. Essa Declaração Conjunta, manifestava a disposição de ambos em estudar o possível aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná no trecho fronteiro de 190 km entre Sete Quedas e a foz do rio Iguazu, pertencentes em condomínio aos dois países, bem como dividir os resultados energéticos deste aproveitamento. Mas, em posição privilegiada nas negociações, o Brasil impôs suas condições ao Paraguai

Os estudos voltados ao levantamento das condições para a realização da obra foram desenvolvidos até 1973. Menos de uma década mais tarde, à revelia das reivindicações argentinas – que também pretendia a construção de Usinas em parceria com o Paraguai –, foi firmado em Brasília, aos vinte e seis de abril de 1973, pelos presidentes Médici e Stroessner, o “Tratado de Itaipu”, acordo oficial entre Brasil e Paraguai para aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná. Em 1974 foi criada a entidade Itaipu Binacional, que ficou responsável pela execução da Usina Hidrelétrica de Itaipu, cujas obras tiveram início neste mesmo ano, na fronteira entre Brasil (Foz do Iguazu) e Paraguai (Hernandarias). As obras de construção da Usina de Itaipu iniciaram em 1974, durante o governo Geisel, com o levantamento do Canteiro de Obras, acampamento pioneiro, primeiras edificações e estradas de acesso. Neste mesmo ano a entidade Itaipu Binacional foi constituída, com sedes em Brasília – BR e Assunção – PY (SILVA, 2010).

Pereira (1974) e Caubet (1989) concordam ser o “Tratado de Itaipu” o resultado da grande habilidade diplomática do governo paraguaio, que conseguiu angariar vantagens da conflituosa negociação entre os três países em torno do Projeto Itaipu. Para Pereira (1974, p. 149), a negligência da Argentina em relação aos projetos das Usinas de Corpus e Yaciretá-Apipê, “[...] estimulava, com tal omissão, o Paraguai a apegar-se a quem lhe propunha melhores oportunidades.” No bojo da “cordialidade dos quilowatts”, a maior delas era a imposição do direito sobre metade da Usina, enquanto o Brasil assumia a quase totalidade dos encargos. Entretanto, a opção do governo paraguaio pelo acordo com o Brasil, entendida como um “otimismo entreguista” por Schilling e Canese

(1991), não resultou apenas em vantagens ao país guarani. Ao fixar um preço em dólar inferior pela energia paraguaia e obrigar o país a vender sua parcela de energia exclusivamente ao Brasil até 2023, o Tratado de Itaipu pode ser entendido como um acordo colonialista em detrimento dos interesses paraguaios. A partir dele, o desenvolvimento paraguaio estaria atrelado e dependente da economia brasileira: “Ao proporcionar ao Brasil meios para que consolidasse sua supremacia sobre a Argentina, o governo paraguaio reforçou sua própria situação de dependência com relação ao Brasil.” (SCHILLING, 1981 apud Silva, 2006, p. 80). Outra crítica ao acordo Brasil e Paraguai em torno do “Tratado de Itaipu” é que este representou um dos principais meios de corrupção das ditaduras brasileira e paraguaia. No Paraguai, envolvia políticos, militares, pessoas e empresas ligadas à CONEMPA, que gerenciou as obras de construção civil da margem direita. Segundo Schilling e Canese (1991, p. 10), as empresas triplicaram o custo da mão de obra: “A maioria dos bens e serviços foram fornecidos a preços unitários superiores aos vigentes no mercado, pelo mecanismo de adjudicação direta, contrário às leis brasileiras e paraguaias.”

Com o início da geração de energia por Itaipu e o interesse do parque industrial brasileiro em consumir o que seria gerado, o Paraguai submeteu quase a totalidade de sua cota ao Brasil, o que já estava previsto no “Tratado de Itaipu”. Desta forma, a despeito da opinião pública e os anseios pelo desenvolvimento de um parque industrial, o Paraguai manteve sua estratégia de exportar energia elétrica para os países vizinhos e a submissão aos interesses brasileiros, que ocupava papel de liderança na América Latina – sob a égide norte-americana. A vantagem desta dinâmica foi não alterar a tradicional estrutura econômica latifundiária paraguaia e, ao mesmo tempo, gerar rendimentos econômicos sem que fosse necessários altos investimentos em infraestrutura industrial. Como o conteúdo do Tratado de Itaipu se materializou na fronteira Brasil-Paraguai, mostraremos brevemente a seguir.

Cidades e áreas de influência de Itaipu no Paraguai

A região conhecida como tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina situa-se na confluência entre os rios Paraná e Iguazu, que delimita os três países, e faz parte do “Departamento del Alto Paraná”. Os núcleos urbanos formados nesta região são: Foz do Iguazu (Brasil); Cidade de Leste, Porto Franco, Minga Guazú e Hernandárias (Paraguai); e Porto Iguazu (Argentina). O principal meio de ligação entre elas é a Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguazu à “Ciudad del Este”, e a Ponte Tancredo Neves (também chamada de Ponte da Fraternidade), ligando Foz do Iguazu a “Puerto Iguazu” (SOUZA, 2011). A Itaipu Binacional pretendia intervir na região brasileira e paraguaia aproveitando, sempre que possível, a infraestrutura já existente nas cidades nas quais seriam construídas as Áreas Habitacionais.

O desenvolvimento do “Departamento del Alto Paraná” estava sendo articulado em diversas frentes pelo governo de Stroessner. A intenção de inserir esta região de fronteira e historicamente estratégica no contexto produtivo nacional seria, ao mesmo tempo, integrar o Paraguai ao mercado externo, aprofundando as relações comerciais e políticas internacionais com os países vizinhos. A construção da Usina de Itaipu teve papel fundamental neste processo. A partir da década de 1970, a urbanização e o aumento populacional da região foram muito expressivos. Este aumento estava localizado, sobretudo, nas cidades que fizeram parte da área de influência de Itaipu: “En cambio, entre 1977 y 1982 vinieron al departamento 52.220 habitantes, de los cuales, la mitad se radicó en áreas urbanas; de este total, 22.730 migrantes vinieron del extranjero.” (BÁEZ, 2003, p. 338).

Segundo dados compilados do sítio eletrônico da “Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos – DGEEC”, a população do “Departamento del Alto Paraná” cresceu 125,31% entre os anos de 1972 e 1982, passando de 199.644 para 406.584 habitantes. O percentual é muito expressivo, tomando em conta o crescimento dos demais Departamentos do Paraguai e da capital Assunção, que cresceu, neste mesmo período, apenas 16,94% em termos populacionais (DGEEC, 2017). “Ciudad del Este”, capital do Departamento e sede dos serviços urbanos, passou a ter ainda mais relevância a partir da década de 1970, não apenas pela construção da Usina, mas pela intensificação do comércio na fronteira.

Para viabilizar a permanência de trabalhadores e suas famílias durante a construção da Usina, foram construídas três Vilas Habitacionais no Brasil, com aproximadamente 9.000 moradias, e oito no Paraguai, com cerca de 4.290 moradias, além dos alojamentos do Canteiro de Obras de ambas as margens (THEMAG, 1982). A área de influência de Itaipu se constituía num espaço independente dos municípios de “Ciudad Presidente Stroessner”, “Puerto Presidente Franco”, “Hernandárias” e “Minga Guazú”. A infraestrutura das Vilas e Áreas Habitacionais de Itaipu ocupavam ao todo 1.265 hectares (SOUZA, 2011) e, em ambos os países, formavam verdadeiras “cidades à parte” das cidades próximas, com serviços exclusivos disponibilizados por Itaipu.

Estes espaços possuíam estrutura hierarquizada e planejada para manter os trabalhadores segregados e diferenciados por seus níveis funcionais/frações de classe. Eram estratégias de controle e manutenção da hierarquia presente e base de sustentação da entidade e seus consórcios. No Paraguai, foram construídas Áreas Habitacionais numeradas de 1 a 8⁴: “Área 1”, em “Ciudad Presidente Stroessner”, de alto padrão e destinada aos trabalhadores de nível superior (engenheiros, administradores e funcionários de altos cargos); “Áreas 2, 3 e 4”, em “Ciudad Presidente Stroessner”, destinadas aos trabalhadores de nível técnico, assim como a “Área 5”, na cidade de “Puerto Presidente Franco”, “Área 7”, em “Minga Guazú”; “Área 6”, em Hernandárias, com o intuito de abrigar os trabalhadores de baixo nível funcional (operários); e “Área 8”, em “Ciudad Presidente Stroessner” e destinada a atender trabalhadores de nível funcional superior e técnico (SOUZA, 2011). As áreas medianas destinadas aos trabalhadores técnicos receberam boa infraestrutura (moradias, clube, escola, asfaltamento, esgoto, administração etc.), enquanto nas áreas destinadas aos trabalhadores operários, a infraestrutura era mais precária e alguns serviços não eram ofertados. As áreas que abrigaram os trabalhadores dos mais altos cargos receberam excelentes infraestruturas e ainda utilizavam parte dos serviços das outras áreas.

A mesma dinâmica ocorria no interior do Canteiro de Obras, onde existiam alojamentos, refeitórios e espaços de lazer diferenciados para cada público. Assim, tanto no Brasil, quanto no Paraguai havia basicamente três categorias de espaços habitacionais: superiores (engenheiros e administradores), intermediárias (técnicos) e inferior (operários). Esta infraestrutura estava prevista desde o início das obras civis, pois era necessário pensar no tempo livre do alto número de barrageiros previstos para residiriam nos alojamentos, solteiros ou sem suas famílias e, portanto, sob alta pressão física e psicológica. Apenas na margem direita paraguaia, no auge da obra, foram contratados mais de 20.000 trabalhadores. Em 1981, a CONEMPA alojava 1600 trabalhadores no Canteiro de Obras da margem direita, e a UNICON 5200 na margem esquerda (UNICON, 31/01/1981, Ano II, n.º 33).

Com traços paternalistas, Itaipu forneceu gratuitamente moradia e outros serviços (saúde, abastecimento de alimentos, transporte, lazer, educação etc.) durante a maior parte da construção

⁴Eram chamadas de Área Habitacional 9 o bairro de “Remansito”, em “Ciudad Presidente Stroessner”, e de Área Habitacional 10 o bairro de “San Francisco”, localizada no município de Hernandárias.

da Usina. Porém, em níveis distintos e com o objetivo de promover “harmonia social” e garantir a “produtividade”:

Essas condições, somadas ao saudável ambiente nas relações de trabalho e **harmonia social** entre os diversos grupos, contribuem para o excelente padrão de **produtividade** do contingente humano que trabalha nas mais diversas atividades da central hidrelétrica de Itaipu, na área de Foz do Iguaçu e Cidade Presidente Stroessner (ITAIPU BINACIONAL, Relatório Anual 1985, p. 17, grifos nossos).

O relatório divulgava a imprensa local: “Todo debe ser hecho de manera a no dejar la menor incidencia de ociosidad o de desactivación del hombre o de la máquina.” (Diario Hoy, 10/04/1980). Tratava-se aqui de moldar um trabalhador como um “apêndice da máquina”, no conceito de Marx (2008).

Devido à distância do Canteiro de Obras e Áreas Habitacionais da margem direita paraguaia das cidades próximas, era preciso servir estes trabalhadores de uma infraestrutura básica. Porém, essa infraestrutura foi planejada para garantir o controle da vida do trabalhador para além do espaço do trabalho, tanto no interior da Usina quanto nos espaços externos. Além das estratégias de controle no trabalho, era necessário garantir o controle do tempo livre, de lazer, estudo e culto. Toda essa infraestrutura urbana foi utilizada como estrutura repressiva e ideológica por Itaipu para obtenção de hegemonia e consenso (GRAMSCI, 1982). Como foram ofertados os serviços educacionais, culturais e desportivos no Centro Comunitário do Canteiro de Obras, bem como nos Centros Comunitários e clubes das Áreas Habitacionais, será objeto de análise a seguir, no âmbito do que chamamos de “educação não formal” e “educação formal” (GOHN, 2006). Antes, porém, apresentaremos alguns aspectos da legislação educacional paraguaia durante a ditadura Stroessner.

A educação não formal e formal: projeto educacional de Itaipu na margem direita paraguaia

Aspectos gerais da legislação educacional no período Stroessner

A ditadura Stroessner teve permanente preocupação com a educação no Paraguai, pela clareza de seu papel como ferramenta de transmissão ideológica, doutrinação e controle da população, difusão da doutrina de “seguridad nacional” e da figura de Stroessner como “único líder”. Era tarefa de instituições como as educativas o combate a doutrinas consideradas perigosas para crianças, jovens e adultos, influenciadas, sobretudo, por ideias comunistas. Através das instituições educativas o governo podia controlar os focos de resistência ao regime e acionar mecanismos importantes de coação, repressão e fidelidade ao governo – tais como a obrigatoriedade da apresentação de filiação partidária e recomendação de um dirigente de partido, do governo ou membro das Forças Armadas, para o professor que assumisse um cargo docente⁵. Segundo Rivarola (2000), a doutrinação estava amparada nos ideais “nacionalistas” e de defesa do “el ser nacional”, como meta para a educação paraguaia. Toda a política de Stroessner estava

⁵ “Esta verticalización de la estructura del Partido Colorado le permitió ahondar en su penetración de la sociedad civil. La afiliación al partido fue obligatoria para los funcionarios públicos a los que se les descontaba aportes obligatorios de sus salarios para financiar *Patria*, el diario del partido. La pertenencia al partido era también obligatoria para los maestros, médicos y la mayoría de los demás profesionales empleados por el Estado.” (NICKSON, 2010, p. 15).

pautada na elevação de sua imagem como “único líder” e esta doutrinação de culto à figura do ditador foi amplamente difundida nas instituições educativas.

Conforme Pineda (2012, s/p), no ano em que Stroessner assumiu o poder, estes eram os números da educação no Paraguai: “Las escuelas suman 1.910, los docentes 9.111 y los alumnos 267.643. La enseñanza media tiene 15.472 alumnos y la Universidad Nacional cuenta con 215 docentes y 2.142 estudiantes.” Segundo Elias & Chaparro (s/d), durante toda a ditadura Stroessner, foram realizadas e impostas duas principais reformas educativas: a “Reforma de la Enseñanza Media” promulgada em 1956 e colocada em vigência em 1957, sob Decreto n.º 24.063; e a Reforma de 1973. Ainda na vigência da Constituição de 1940 (modificada apenas pela Constituição de 1967) a “Reforma de la Enseñanza Media” veio acompanhada de uma reordenação das repartições do “Ministerio de Educación y Culto – MEC” e modificação da organização e objetivos do sistema educacional do país.

Neste período, o Paraguai já contava com a assessoria de organismos internacionais, especialmente do governo norte-americano, através de técnicos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e do Serviço Cooperativo Americano de Educação – SCIDE, que auxiliaram na construção desta e das reformas educacionais subseqüentes do país. A interferência norte-americana na educação do Paraguai também se concretizou através da implementação do “Programa de Desarrollo Educativo”, que previa a adoção de empréstimos externos e parceria técnica entre paraguaios do MEC e técnicos da USAID. Conforme Rivarola (2000, p. 11):

Es notorio el traspaso de nuevas orientaciones educativas por parte de tales agencias que de esa manera pasaban a constituirse – al ser asumidas por los organismos oficiales – en políticas nacionales. En ese sentido, muchas innovaciones que representaban una efectiva “puesta al día” de la educación paraguaya, pudo darse por esta vía, dado que la preocupación central del oficialismo giraba en torno al control político e ideológico. Además, mantener activa la cooperación internacional, en particular la de orden financiero, permitía al gobierno extender significativamente su capacidad clientelar y también su base de legitimación.

Para estas ações, o Paraguai lançou, em meados da década de 1970, o “Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social del Paraguay 1977-1981”, que estabelecia objetivos setoriais, incluindo o “Sector de Educación”. Este setor definiu diversas estratégias para ampliação e desenvolvimento educacional do Paraguai em todos os níveis. A previsão financeira para estas ações viria de recursos do MEC, mas também “fuentes de financiamiento”, internas e externas. Assim como vários outros Departamentos, o Alto Paraná foi contemplado com as ações do plano, sobretudo, em investimentos no ensino primário: “Dentro de las acciones más importantes realizadas en los años 1978-1980 de la jecución del Plan se destacan: desarrollo de la enseñanza primaria y rural en los Departamentos de Caaguazú y Alto Paraná [...]” (IICA/BID, 1983, p. 8-9).⁶

⁶No documento analisado, datado de 1983, a “Estructura y Organización del Sistema Formal de Educación” do Paraguai era apresentada com mais detalhes: “La pré-primaria comprende los grados A y B, para edades de 5 y 6 años. No es obligatoria ni es requisito para el ingreso al nivel primario. La enseñanza primaria obligatoria y gratuita para niños de 7 a 14 años, comprende 6 años de escolarización. Se ingresa con 7 años de edad y en el Plan 1973 se distinguen dos ciclos de tres años de duración cada uno. [...] La enseñanza media comprende dos etapas, la primera corresponde al Ciclo Básico de tres años de duración que proporciona una educación básica para el desarrollo de los educandos y que sirve al mismo tiempo de base para la prosecución de los estudios. La segunda etapa corresponde al Bachillerato Diversificado que ofrece dos modalidades: a. Humanístico-Científico, que continúa e intensifica la educación básica del nivel medio. b. Técnico-

Apesar de um relativo aumento de índices de matrículas e dos grandes recursos disponíveis e apoio técnico, Rivarola (2000) aponta que, ao final do longo período do regime autoritário de Stroessner, a educação paraguaia estava localizada entre as de menor desenvolvimento do continente. Assim, o invés do aumento da qualidade, as transformações educativas tinham maior propósito tanto em conter ideologias opostas ao regime quanto propagar ideologias que o reforçavam. Elias & Chaparro (s/d), ao analisar os discursos e atos oficiais das instituições educativas do período Stroessner, elencaram alguns elementos simbólicos centrais presentes nas políticas voltadas à educação no Paraguai:

Durante el periodo de Stroessner se pueden mencionar algunos conceptos que eran utilizados en el ámbito educativo tales como: **orden, obediencia, disciplina, jerarquía, uniformidad, mistificación de los héroes** (algunas figuras históricas resignificadas desde la ideología oficial), **fortaleza física y docilidad** (las marchas estudiantiles), **militarismo** (alumno como soldado), **escuela como “santuario”**: sacralización, reproducción del modelo dogmático, alianza con figuras de la Iglesia Católica que representan a los valores tradicionales de la iglesia, negación de las diferencias, las cuales son consideradas “doctrinas disociantes”, **ritualismos para fortalecer la ideología**: los actos de colación con presencia de Stroessner, centralización del poder en la figura de Stroessner, sumisión al único líder, desarrollismo, crecimiento (ELIAS & CHAPARRO, s/d, p. 8, grifos nossos).

Estes princípios marcaram tanto o texto das reformas, discursos, documentos oficiais, quanto a prática nas instituições educativas do Paraguai, representando o modelo social imposto pelo governo ditatorial. Podemos perceber estes princípios impregnados nas escolas e colégios de Itaipu, bem como nas atividades não formais disponibilizadas. Para além do controle dos espaços de moradia e trabalho, Itaipu colocou em funcionamento uma infraestrutura ideológica e diversas formas de “educar” os trabalhadores, a qual será analisada nos próximos tópicos.

Educação não formal: atividades culturais, artesanais, desportivas, lazer e campanhas de conscientização

Inserida e amparada na infraestrutura das Áreas Habitacionais e nos Canteiro de Obras, a Itaipu Binacional, através da ação dos consórcios UNICON e CONEMPA, estruturaram e executaram o que chamamos de Projeto Educacional de Itaipu. Em todas as Áreas Habitacionais e Canteiro de Obras foi construído algum tipo de infraestrutura cultural, de lazer e recreação para os moradores, trabalhadores de Itaipu, construtoras e seus dependentes, com o objetivo de controle do tempo livre, transmissão ideológica de conhecimentos, padrões de comportamento, valores e disciplinamento, bem como obtenção de hegemonia e consenso entre os trabalhadores e a entidade. As atividades oferecidas, a maior parte gratuitas, tinham características de “educação não formal”: atividades culturais, artesanais, desportivas, de lazer e campanhas de conscientização.

Em algumas Áreas foram construídos clubes de lazer e, em outras, Centros Comunitários. A Área 1 possuía um Clube Social bem equipado, um dos primeiros clubes colocados em funcionamento por Itaipu, tendo iniciado sua construção em 1976. As demais Áreas estavam assim

Profesional, que integra la continuación de los estudios generales, con la capacitación para ejercer funciones técnicas, de acuerdo a las necesidades socio-económicas del país, formando técnicos de mando medio. Comprende al Bachillerato Comercial, Agropecuario e Industrial [...] El nivel Superior comprende las Universidades y los Organismos de formación docente de distinta naturaleza.” (IICA/BID, 1983, p. 8-9).

equipadas: a Área 2 contava com um Centro Comunitário (salão multiuso) e um Clube Desportivo; na Área 3 havia apenas uma praça com área de esportes e o chamado “Barracón Rosa”; na Área 4, um Clube Social e um Campo de Desportes; a Área 5 contava com um Centro Cultural/Clube Social; na Área 6 estavam instalados um Clube Social e um Campo de Desporte; e a Área 8 contava com o um Clube Desportivo. A Área 7 não possuía espaço de lazer viabilizado diretamente por Itaipu, pois estava localizada na cidade de “Minga Guazú”, local de influência da “Cooperativa Minga Guazú”, que organizava as atividades na Área (ITAIPU BINACIONAL, Resolución RDE-053/1976; UNICON, 02/04/1981, Ano IV, n.º 68).

Para gerenciar estas atividades, a entidade criou departamentos específicos. Havia um “Departamento de Educación Física” para coordenar as atividades desportivas nas Áreas Habitacionais. Estas eram realizadas separadamente, em cada Área, ou de forma conjunta entre as Áreas e destinadas a todos os trabalhadores e dependentes. Eram, em sua maioria, organizadas pelos Centros Comunitários ou Centros Culturais, mas algumas também pelos Clubes Sociais. A partir de uma pesquisa nos exemplares do Informativo Unicon⁷, Identificamos as seguintes atividades: educação sexual e outras de caráter educativo, concursos culturais, cinema, mostras de teatro, festas em datas comemorativas, shows artísticos, atividades para mulheres (“Unidad y Salud en el Hogar”, “Corte y Confección”, “Cocina”, “Curso de Salud”, “Taller sócio-sanitario cultural de la Salud”, cursos do Programa Materno-Infantil para mulheres lactantes e cursos de ginástica para mulheres, Cursos de “Manualidades y Decoración”, exposições de artesanatos, desfiles de moda e penteados e hortas caseiras), torneios e olimpíadas (futebol de campo, futebol suíço, tênis de mesa, damas, voleibol feminino e masculino, corridas, gincanas e xadrez) e excursões (UNICON, 02/04/1981, Ano IV, n.º 68).

Para o Canteiro de Obras, em 1978, foi criado um “Departamento de Bem-Estar Social”, que atendia os trabalhadores da UNICON alojados na margem paraguaia. Enquanto isso, a CONEMPA organizava as atividades do Canteiro através do “Sector de Recreación”. Pela relação muito próxima entre os consórcios, alguns eventos culturais e educativos eram realizados em conjunto, pois em ambas as margens residiam trabalhadores brasileiros e paraguaios. As atividades culturais e educativas eram realizadas no Cine Teatro do Canteiro de Obras, local onde eram apresentados filmes diversos (nacionais e estrangeiros), palestras educativas (“Semana de la Salud”), apresentações de peças teatrais (comédias, dramas e musicais), shows e concursos de músicas, apresentações cômicas, danças, instrumentos, poesias, artesanatos, desenhos e declamações, festivais e mostras (“Festivais Artísticos de Itaipu”, “Muestras de Artes Plásticas”, “Festivais de la Canción”), festas em datas comemorativas (“Festas de São João”, “Carnaval”, “1º de Maio”, “Día del Trabajador”, “Independência del Paraguay”, “Semana Mundial de la Amistad” e eventos de comemoração do cumprimento de metas da construção da barragem).

A prática de esportes era amplamente incentivada no Canteiro de Obras. Com frequência, eram realizados diversos torneios de todas as modalidades. Os eventos mais importantes e para os quais se preparavam muitos trabalhadores atletas, brasileiros e paraguaios, eram as Olimpíadas anuais: “Este evento que con singular brillo viene reeditándose todos los años, incluye la programación de variadas competencias deportivas individuales y colectivas y participan

⁷ O informativo UNICON era organizado pela Assessoria de Imprensa da UNICON, tinha edição mensal, era bilíngue (português e espanhol) e circulava nas Vilas, Áreas Habitacionais e no Canteiro de Obras. Tinha a função de informar os trabalhadores sobre tudo que ocorria na Área de Itaipu, desde o andamento técnico da obra às notícias sobre eventos e serviços. Adotava a linha editorial voltada a exaltação da importância de Itaipu para o país e região. Havia também o Informativo CONEMPA REMIANDÚ, que começou a circular na margem direita em 1978 e era semelhante ao Informativo UNICON. Infelizmente, nenhum exemplar deste foi encontrado.

atletas de los distintos departamentos de nuestra consorciada paraguaya.” (UNICON, 09/12/1978, Ano I, n.º 17, p. 5). Além dos “Juegos Olímpicos”, haviam permanentes atividades desportivas, recreativas e torneios, realizadas no Centro Desportivo e nas Unidades Sociais. Eram organizadas competições de futebol de campo, futebol de salão, tênis de mesa, voleibol, xadrez, damas, billar, atletismo, bocha etc. Além das olimpíadas gerais de Itaipu, eram realizados eventos olímpicos específicos da CONEMPA, voltado apenas aos trabalhadores paraguaios. Todos estes eventos contavam com aberturas e encerramentos elaborados, com direito a atos cívicos, shows artísticos e missas. Diversos departamentos de Itaipu, empreiteiras e subempreiteiras participavam das competições, formando grupos e times ou em esportes individuais.

Atendendo à necessidade de culto entre os trabalhadores da margem direita, foi construído um “templo” no Canteiro de Obras, espaço para celebrações, supostamente ecumênicas, mas onde também eram celebradas missas semanais para os católicos. Além das celebrações e cânticos, aproveitava-se o momento de reunião para apresentação de pequenos shows artísticos de teatro, música e demonstrações de esportes, geralmente feitas pelos próprios trabalhadores: “Asi se cumplió una programación más de asistencia espiritual y recreativa a los funcionarios del Cantero de Obras-M.D., la que cobra vigencia los días martes de cada semana, para satisfacción de sus destinatários.” (UNICON, 04/02/1978, Ano I, n.º 1, p. 7).

O objetivo da educação não formal ofertadas nas Áreas Habitacionais e Canteiro de Obras, colocadas em prática através deste amplo aparato cultural, educativo, desportivo, recreativo e de culto, era ocupar o tempo livre do trabalhador que residia nos alojamentos, ao mesmo tempo em que os controlava e transmitia valores e padrões de comportamento adequados à permanência em Itaipu: “No podemos aceptar que el funcionario alojado esté confinado en el Cantero de Obras restringiéndose solamente a su trabajo. El club responderá también a otras necesidades.” (UNICON, Ano I, n.º 5, 20/04/1978, p. 3). Nenhum aspecto era negligenciado: a moral religiosa para conter atitudes de insubmissão, cuidados com a saúde, prática de esportes e segurança no trabalho para garantir um trabalhador apto e saudável, e incentivo aos jogos de competição, para investir na saúde física e mental. No Canteiro de Obras, estas atividades reuniam a maioria dos trabalhadores residentes nos alojamentos, sobretudo, os que ocupavam os menores níveis funcionais/fração de classe.

Segundo Harvey (1982), o controle do trabalhador ocorre não apenas no espaço de trabalho, mas também no “espaço de viver”. Todas estas atividades culturais, recreativas e desportivas eram estratégias de educação não formal, de controle da vida do trabalhador e de seus dependentes em todos os espaços. Embora estivessem presentes em todas as Áreas Habitacionais, eram atividades diferenciadas de acordo com nível sócio-econômico e outras características, tais como sexo e faixa etária. Nas Áreas mais elitizadas foram estruturados requintados Clubes de lazer com atividades selecionadas, além de Conservatório de Arte e Escola de Música (Áreas 1, 2 e 8). As atividades desenvolvidas nestas Áreas também eram mais elitizadas, tais como concursos literários, musicais, shows com artistas famosos, bailes nos salões dos clubes, academia de arte com aulas de harpa, dança folclórica e clássica, violão, e ensino de língua portuguesa e inglesa. Nas Áreas mais populares (Áreas 3, 4, 5, 6, 7), as atividades dos Centros Culturais eram mais simplificadas e comunitárias, tais como educação sexual, hortas caseiras, artesanatos, educação para saúde, nutrição e higiene, primeiros socorros etc. A educação não formal para as mulheres em todas as Áreas estava voltada aos cuidados do lar e da família, da saúde da mulher e das crianças.

A partir de conceitos gramscianos, podemos afirmar que a infraestrutura das Áreas Habitacionais e Canteiro de Obras de Itaipu foi concebida para difundir ideologias consideradas

importantes para o regime ditatorial, tanto através da coerção quanto do consenso, atendendo às exigências impostas pelo capital para com as forças produtivas. Essa hegemonia não era obtida apenas através das relações de trabalho, mas também nos espaços de moradia. Todas as ações culturais, desportivas e educacionais, formais e não-formais, inculcavam ideologias de racionalidade, disciplina, civismo e produtividade e meritocracia. Conforme Gramsci (1991, p. 396), “[...] os novos métodos de trabalho são indissolúvelmente ligados a um certo modo de vida, a uma certa maneira de pensar e de sentir a vida; não se pode obter sucessos num campo sem obter resultados tangíveis no outro.”

O Projeto Educacional de Itaipu para a margem direita paraguaia estava marcado pela segregação, que não estava presente apenas nos “espaços de viver” (HARVEY, 1982) e trabalhar, mas em toda a infraestrutura ideológica, formal e não formal instalada. Era necessário manter as populações em seus espaços, garantir a desmobilização e, ao mesmo tempo, a ordem e os privilégios dos trabalhadores de altos níveis funcionais. Antes de apresentarmos as escolas e colégios de Itaipu no Paraguai, faz-se necessário analisar as bases legais destas instituições, frutos de um longo convênio firmado entre a entidade e o MEC.

Educação Formal: Convênio Itaipu Binacional e “Ministerio de Educación y Culto”

Para organizar o sistema de educação formal, investimentos e controle das escolas e colégios da área de influência de Itaipu, a entidade criou setores específicos, um em cada margem. Na margem direita paraguaia foi organizada a “Sección de Educación”, dirigida pelo Arquiteto Ernesto Meza Lagrave e que funcionava como uma espécie de órgão executivo e fiscalizador de todas as atividades educacionais das Áreas Habitacionais de Itaipu. Este “órgão” coordenava o “Programa de Asistencia Educacional – PAE” e financiava a manutenção das escolas e colégios, mas também participava da definição das diretrizes educacionais a serem seguidas pelas instituições. Estes setores foram os responsáveis por viabilizar e coordenar uma parceria entre a Itaipu Binacional e o “Ministerio de Educación y Culto – MEC”. Diante da necessidade de elaborar e executar projetos e programas para colocar em funcionamento unidades educacionais, garantindo aos filhos de trabalhadores a oferta de educação em todos os níveis, MEC e Itaipu firmaram o Contrato n.º 336/1977, que estabelecia o “Convenio de Educación entre el Ministerio de Educación y Culto y la Itaipu Binacional”, firmado em Assunção: “Constituyen objeto del presente Convenio la ejecución de programas y proyectos, y el funcionamiento de las unidades educacionales en el Area de Influencia de la ITAIPU, en la Margen Derecha del Río Paraná.” (ITAIPU/MEC, Convênio n.º 336/1977, Cláusulas 2ª e 4ª, p. 1).

O convênio oficializava o “Programa Oficial de Enseñanza y Funcionamiento de las Unidades Educacionales afectadas al Convenio de Educación” e determinava participação financeira tanto do MEC quanto de Itaipu, ficando a cargo do primeiro o controle do funcionamento das Unidades Educacionais. Os valores previstos para serem investidos pelo MEC eram totalmente utilizados para pagamento dos salários dos trabalhadores em educação das escolas e colégios da área de abrangência (com exceção das chamadas “horas-cátedras”⁸ do Colégio da Área 1, das licenças por motivos de saúde e do Pessoal da Administração do Convênio). Pelo contrato, a entidade estava obrigada a prover as escolas e colégios de mobiliários, instrumentos e equipamentos para o funcionamento destas instituições. Esses convênios eram constantemente

⁸ Horas-cátedras foi a forma de contagem e pagamento das atividades educacionais escolhida para o “Nivel Medio” dos Colégios da Área de Itaipu. Em 1986, por exemplo, havia um total de 3.060 horas-cátedras, e em 1987, 3.205 (ITAIPU BINACIONAL, 1986, p. 5).

renovados. A Itaipu financiava a diferença existente entre os pagamentos oficiais pagos pelo poder público paraguaio e os pagamentos dos colégios privados da área de Itaipu, para os dependentes de paraguaios que residiam na margem esquerda brasileira. Ao MEC ficava a responsabilidade pelo pagamento dos valores básicos oficiais. Portanto, o complemento da Itaipu Binacional aos salários, em relação ao pagamento padrão já efetuado pelo MEC, tinha a intenção inicial de alcançar os níveis dos salários pagos pelas instituições de ensino privadas da região, com o objetivo de “[...] manter un nivel óptimo en el servicio educativo que se ofrece [...]”. (ITAIPU BINACIONAL, 1986, p. 3).

Em março de 1987, os Centros Educativos da margem direita atendiam 2.393 alunos, incluindo dependentes de empregados de Itaipu (577), CONEMPA (426), UNICON (477), outras empresas (263) e comunidade (650). Neste período o Convênio entre a Itaipu Binacional e o MEC atendia apenas as escolas e colégios das Áreas 1, 3 e 4, nos níveis Pré-Escolar, Primário, Básico e Bacharelado (Humanístico e Comercial) (ITAIPU BINACIONAL, 1987, s/p). O documento “Orientaciones Básicas para la Elaboración del Nuevo Convenio de Educación con el Ministerio de Educación y Culto”, ao recomendar a manutenção da parceria entre Itaipu e o MEC para o custeio das Unidades Educacionais, estabelecia um comparativo entre o sistema educacional da margem direita e esquerda:

Es importante señalar que en un estudio realizado con respecto a los Programas de Educación de la Margen Derecha y de la Margen Izquierda, en los resultados se pudo observar que el Ministerio de Educación del Paraguay ofrece un **servicio educativo satisfactorio y sobre todo más barato** (Sueldo oficial del MEC) (ITAIPU BINACIONAL, 1986, p. 3, grifos nossos).

Os documentos defendiam ser mais “barato” o sistema educacional da margem direita paraguaia, tendo em vista que todo montante investido pela Itaipu Binacional ao longo dos anos estava sendo aplicado em escolas públicas e não na iniciativa privada, como ocorreu na margem esquerda brasileira, ao ser efetuado um convênio com o grupo privado Anglo-Americano Escolas Integradas S.A. Isso porque, ao término do convênio, Itaipu transferiu as instalações e terrenos ao MEC, conforme documento interno da entidade de 1987. O MEC também foi gradativamente “absorvendo” os professores e funcionários ligados ao convênio, passando a assumir a responsabilidade pela remuneração dos profissionais de algumas escolas e colégios da área de Itaipu. Em 1986, todo o pessoal afetado pelo “Programa Educacional de Itaipu” já estava incorporado ao MEC, cabendo à Itaipu apenas a manutenção financeira das unidades educacionais. Este processo de desresponsabilização da entidade para com a manutenção destas instituições de ensino foi, ao mesmo tempo, benéfica ao poder público nacional e municipal, na medida em que possibilitou a incorporação destas infraestruturas e terrenos ao patrimônio público. Porém, deixou o funcionamento das escolas e colégios dependentes dos recursos do MEC, frequentemente insuficientes ou atrasados. Alguns aspectos destas escolas e colégios, mantidos e gerenciados pelo Estado paraguaio e por Itaipu e seus consórcios, serão analisados no próximo tópico.

Escolas, Colégios e Centros de Treinamento Técnico-Profissional

A educação formal na margem direita paraguaia também foi uma das maiores preocupações sociais de Itaipu. No Paraguai, foram construídas: uma Escola de Pré-Escolar e Primária e um Colégio Secundário na Área 1; e Escolas Pré-Escolares e Primárias nas Áreas 3 e 4, todas

situadas no município de “Ciudad Presidente Stroessner”⁹. Foram construídas também Escolas Pré-Escolares e Primárias e Colégios Secundários nas Áreas 5 e 6, situadas, respectivamente, em Puerto Presidente Franco e Hernandárias; e um Colégio Técnico Industrial e Comercial na Área 7 (CONSTRUÇÃO DA PESADA, 1979). Estas escolas e colégios recebiam alunos dependentes de trabalhadores da Itaipu Binacional, do consórcio paraguaio CONEMPA e filhos de trabalhadores vinculados à UNICON que residiam na margem direita paraguaia.

Todas as escolas construídas por Itaipu em convênio com o MEC eram supervisionadas pela Professora Guillermina Núñez de Báez¹⁰, também diretora geral do tradicional “Centro Regional de Educación Dr. Gaspar Rodríguez de Francia” de “Ciudad Presidente Strossner”. A Professora Guillermina atuava como a principal liderança educacional na área de influência de Itaipu e tinha total autonomia para supervisionar o trabalho nas escolas e colégios atreladas ao convênio entre Itaipu e MEC: “Eu visitava todos, era recebida com frutas e cafés, me sentia feliz e contente, mas também tinha que ir sem avisar, pois, necessitava surpreendê-los. Eu era muito exigente.” (BÁEZ, 2016, acréscimos nossos). Apesar de tentar manter o discurso de que todas as escolas e colégios das Áreas eram iguais, Guillermina, na sequência de seu depoimento, acaba por admitir que existiam diferenças: “Havia diferença nas casas, arquitetura, etc. [...] Entre os alunos havia essa distinção (de classe e renda)” (BÁEZ, 2016). Embora a execução administrativa e pedagógica das instituições estivesse a cargo do MEC, conforme os termos dos convênios firmados, a Itaipu Binacional interferia diretamente, porém, a Professora Aura¹¹ acrescenta: “Era um projeto de Itaipu essa diferenciação.” (ORTIZ, 2016). Ao analisar a infraestrutura das Áreas e de suas instituições educativas, percebemos que haviam muitas diferenças e que, embora o Centro Regional fosse uma “instituição modelo”, as demais não possuíam as mesmas características e não recebiam os mesmos investimentos.

Para atender os trabalhadores analfabetos que residiam no Canteiro de Obras, a “Sección de Educación” organizou uma escola de alfabetização funcional. Com programa aprovado pelo MEC e vinculado ao PAE, em 1979, os trabalhadores foram convocados a se matricularem no curso de alfabetização de adultos da “Escuela del Cantero”. O curso foi instalado em um prédio de 351,12 m², anexo ao Centro Comunitário do Canteiro de Obras, e contava com três salas de aula, secretaria, sala dos professores, sala de material didático, biblioteca e sanitários. De duração efêmera (cerca de quatro anos) e pouco investimento, este projeto não representou muito impacto na vida dos trabalhadores paraguaios, cuja contratação exigia os conhecimentos básicos necessários à função. Como a oferta de mão-de-obra em Itaipu era muito superior à procura, ensinar ler, escrever e contar não era uma prioridade para a entidade.

Prioridade maior em Itaipu era a formação técnico-profissional. Assim como a UNICON – que também realizava treinamentos na margem direita –, a CONEMPA investia em treinamento para

⁹Há divergências em relação às áreas totais das escolas e colégios de Itaipu, dependendo da fonte consultada. Nesta pesquisa, manteremos todas as informações encontradas.

¹⁰Nasceu na cidade de Encarnación/PY, onde fez sua formação de professora secundária. Licenciada em História em 1966 pela “Universidad Nacional de Assunción” e doutora em História em 1987 pela “Facultad de Filosofía de la UNA”. Atuou no Departamento de Currículo do “Ministerio de Educación y Culto”. Passou a residir em “Ciudad Presidente Stroessner” em 1978 e foi diretora do “Centro Regional de Educación José Gaspar Rodríguez de Francia” entre 1977 e 1988 (MEDINA, 2012).

¹¹Nasceu em São José de los Arroyos/PY em 04/03/1952. Atuou na Educação Primária e como docente de várias instituições de ensino. Formou-se em “Bachiller en Ciencias y Letras” e em “Psicología”. Trabalhou em escolas custeadas pelo convênio MEC-ITAIPU entre 1975 à 1985. Atuava como “Jefe de Estudios” durante dois anos, quando passou a atuar na “Secretaría General” do “Colegio de Enseñanza Media y Diversificada Dr. Raúl Pena” e, na sequência, como “Directora de Turno Mañana y Tarde” e psicóloga. Aposentou-se trabalhando nesta instituição, no ano de 1996.

seus trabalhadores, dos níveis funcionais/fração de classe mais baixos aos mais elevados. Para complementação da formação técnica, também foi estruturado um “Centro de Entrenamiento” de mão-de-obra no Canteiro de Obras paraguaio, para atender as necessidades imediatas do trabalho de construção da Usina. Embora houvesse formação teórica, a formação ocorria muito mais em serviço e no local onde a técnica seria colocada em prática. Aos diretores e membros titulares das empresas construtoras que compunham o Consórcio, também eram oferecidos cursos de treinamento com especialistas em administração de recursos humanos e desenvolvimento organizacional. O objetivo destes treinamentos sempre era manter e elevar os níveis de produtividade do trabalhador ou dos setores em conjunto.

Porém, a principal parceria técnica de Itaipu para treinamento e capacitação dos trabalhadores paraguaios foi com o “Servicio Nacional de Promoción Profesional – SNPP”, escola de treinamento profissional do Paraguai. Organismo dependente do “Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social”, o SNPP foi criado pela Lei nº 253/1971. Conforme Ramón Cañete Núñez¹²: “[...] SNPP foi criado através de um contrato com a OIT [Organização Internacional do Trabalho – OIT], o governo paraguaio fez o contrato aos moldes do PPO e SENAI também fez.” (NÚÑEZ, 2016, acréscimos nossos). As atividades do SNPP no Paraguai tiveram início em 1972, voltadas a capacitar trabalhadores de acordo com a política ocupacional do governo. A unidade do SNPP em Hernandárias começou a funcionar em 1981, quando foram construídas as edificações próximas ao Canteiro de Obras. Conforme Carlos Ferreira¹³, atual diretor do SNPP de “Hernandarias”, aproximadamente nesta data, foi firmado um Convênio entre o SNPP e a Itaipu Binacional para formação técnica profissional, que teria permanecido vigente até 1990. Esta unidade tinha como função principal atender as necessidades da Usina: “O de Hernandarias foi construído para atender a construção da ITAIPU, para formar os trabalhadores no canteiro de obras porque a construção estava em andamento.” (FERREIRA, 2016). No início, a maioria das atividades de formação desenvolvidas pelo SNPP também ocorriam no interior do Canteiro de Obras, como formação em serviço.

Gramsci (1982) criticou a multiplicação dos tipos de escolas profissionais que são destinadas à classe trabalhadora, cujas estratificações internas e diferenças tradicionais são encobertas pela ideologia de democratização do ensino. Partia em defesa de uma educação formativa e que proporcionasse a todos os indivíduos as condições de tornarem-se governantes. Em Itaipu, as escolas profissionais visavam a opressão e esta não se efetivava apenas pela violência e coerção, mas também pela via da ideologia e consenso. Era preciso ocupar os alojados em seu tempo livre, para que mantivessem a calma e a sanidade em meio a intensa exploração de exaustivas cargas horárias de trabalho pesado. Com essas atividades era possível vigiá-los constantemente, controlar as ações e pensamentos, desorganizá-los politicamente, concentrando-os em atividades produtivas e ordeiras. Canalizar as energias para que não se organizassem de outras maneiras e para outros fins. As diversas atividades culturais, desportivas e de lazer eram peças integrantes do Projeto Educacional de Itaipu, que centralizava a estrutura ideológica das Áreas Habitacionais e do Canteiro de Obras. No Canteiro de Obras o espaço de trabalho era também o “espaço de viver” (HARVEY, 1982), o que facilitava a difusão de ideologias e a aplicação de mecanismos repressivos sobre os trabalhadores.

¹² Nascido em Assunção/PY e formado em Engenharia Rural pela Universidade de Louvain - Bélgica. Trabalhou no SNPP por 19 anos como instrutor. Atualmente é proprietário da “Indústria Mecânica Cañete”, situada em Hernandarias /PY.

¹³ Nasceu em Assunção/PY e possui curso técnico em eletricitista pelo SNPP. Ingressou como instrutor no SNPP em 1986. Atualmente é o Diretor Regional do SNPP.

Estas instituições de educação formal foram as que tiveram mais impacto na vida dos trabalhadores paraguaios e seus dependentes, pois ofertavam educação regular em quase todos os níveis, do pré-primário ao secundário, e atendiam grande parte da população envolvida em Itaipu. Porém, em termos de nível de ensino e qualidade, não se tratava da mesma educação. Como vimos, para algumas áreas, apenas a formação pré-primária e primária pareciam serem suficientes. Áreas de nível mais elevado receberam também o nível secundário. Isso demonstra a grande extratificação de classe existente entre as Áreas Habitacionais, cuja oferta educacional acompanhava o nível funcional a que pertenciam os trabalhadores. Sobre a educação na sociedade de classes, afirma Gramsci (1982, p. 136): “A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes grupos uma determinada função tradicional, diretiva ou instrumental.” Em Itaipu, as instituições educativas não apenas perpetuavam as diferenças já existentes no “espaço de viver” (HARVEY, 2002) e no espaço de trabalho, mas também garantiam o controle e vigilância da população e a difusão de ideologias.

Considerações finais

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu foi um marco para o Paraguai e influenciou muitos aspectos da sua política econômica e sua relação diplomática com os países vizinhos. Foi um projeto político e econômico que teria possibilitado grandes avanços econômicos e sociais ao país, caso as medidas tomadas pelo governo de Stroessner tivessem fomentado o desenvolvimento de parques industriais, que poderiam aproveitar a abundante produção energética na geração de empregos, renda e melhorias sociais. Ao contrário, as negociações em torno de Itaipu significaram grandes negociações e beneficiaram a manutenção do próprio regime e sua elite de sustentação. De gestão autoritária, Itaipu Binacional reproduziu características do governo ditatorial então vigente no Paraguai. Gerou inúmeros impactos econômicos, ambientais, sociais e educacionais para sua área de influência, sobretudo, as atingidas pelo Reservatório de Itaipu, devido ao alagamento de grandes áreas rurais e urbanas e inchaços populacionais dos municípios-sede. A imposição e os impactos negativos da construção da Usina de Itaipu foram garantidos tanto pelo Estado ditatorial de ambos os países, Brasil e Paraguai, quanto pela supremacia do “Tratado de Itaipu” em relação às legislações nacionais, o que caracterizava Itaipu quase que um “estado à parte”.

Conforme Gramsci (1982), ações de educação não formais também transmitem ideologias, conhecimentos, padrões de comportamento e valores. Na margem direita paraguaia, a entidade e os consórcios CONEMPA e UNICON também atuavam no controle do “espaço de viver” (HARVEY, 1982) e tempo ocioso do trabalhador e seus dependentes, utilizando de estratégias ideológicas. As praças, centros culturais, sociais e desportivos eram também espaços de educação não formal. Como vimos, neles era viabilizada uma série de atividades culturais, de lazer e culto, que transmitiam valores ideológicos necessários à obtenção de hegemonia e consenso do trabalhador e suas famílias. Estes espaços foram concebidos com base na segregação, diferenciando trabalhadores e dependentes por nível funcional/fração de classe. Da mesma forma, a oferta de educação não formal também era diferenciada.

No que tange à educação formal, diferentes tipos de escolas, colégios e centros de treinamento técnico-profissional foram construídos, ampliados ou mantidos por Itaipu, mas de acordo com público a que se destinava. Em algumas Áreas Habitacionais não haviam colégios, apenas escolas pré-primárias, primárias ou técnicas. Enquanto isso, os filhos de trabalhadores de altos níveis funcionais/fração de classe eram atendidos em instituições educativas de referência e bem equipadas, tais como o Centro Regional ou a Escola e Colégio da Área 1. Aos trabalhadores de

Itaipu era destinada a formação técnica para o trabalho imediato no Canteiro de Obras da Usina, oferecidos pelo SNPP ou pelo “Centro de Entrenamiento” do Canteiro de Obras, que ofertava formação em serviço.

Houve muita participação do poder público paraguaio na oferta da educação formal nas Áreas de Itaipu. Através dos convênios entre a Itaipu Binacional e o “Ministerio de Educación y Culto – MEC”, o poder público acabou por se beneficiar de investimentos, tanto no decorrer da vigência dos convênios (com o pagamento de “sobre sueldos”, construção, manutenção e ampliação de escolas e colégios) quanto posteriormente, quando todas as infraestruturas destas instituições foram transferidas ao MEC. Porém, com esse processo de doação e repasse, Itaipu foi se desresponsabilizando pela oferta de educação formal, deixando muitas destas instituições precarizadas e à mercê do baixo investimento governamental. Essa desresponsabilização para com a educação formal reflete também o descompromisso da entidade em relação ao grande número de desempregados e da pobreza em sua área de influência, gerados com o término das obras.

Conforme afirmou Elias & Chaparro (s/d), os conceitos mais utilizados na educação no período da ditadura Stroessner eram: ordem, obediência, disciplina, hierarquia, uniformidade, mistificação dos heróis, fortaleza física e docilidade, militarismo, escola como santuário e rituais para fortalecer a ideologia. Todos estes princípios podem ser detectados nas fontes encontradas sobre as escolas e colégios da área de influência de Itaipu, através da rigidez e controle da entidade e dos representantes do convênio sobre as instituições e da segregação entre as Áreas Habitacionais. Assim como destinou diferentes tipos e qualidades de educação para cada uma das frações de classe, a Itaipu Binacional planejou a difusão de ideologias importantes ao regime militar stronista vigente, ao mesmo tempo, adaptando as instituições às suas necessidades. O consenso e a hegemonia eram garantidos não apenas através do amplo e repressivo aparato militar de controle de informação e repressão, mas também através do complexo aparato ideológico que foi destinado aos trabalhadores e seus dependentes, como forma de disciplinamento e controle, dentro e fora da Usina. Por outro lado, a população de Itaipu era vista como privilegiada em termos de oportunidades, diante da precária situação sócio-econômica da população paraguaia, o que enfraquecia a luta de trabalhadores por melhores condições de vida.

Referências

BÁEZ, G. N. de. **Reseña Histórica del Alto Paraná**. Ciudad del Este/PY: Papyru's, 2003.

BÁEZ, G. N. de. Entrevista realizada por Denise Sbardelotto, na residência da entrevistada. Ciudad del Este/PY, 18/08/2016, as 19 hs (traduzida do espanhol).

CARDOSO, C. F. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro/RJ: Graal, 1981.

CAUBET, C. **As grandes manobras de Itaipu**: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata. São Paulo/SP: Acadêmica, 1989.

DIÁRIO HOY – Jornal. La Plata/Argentina. 10/04/1980. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Direita.

CONSTRUÇÃO DA PESADA - Revista. 1979. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Esquerda/Brasil.

DGEEC - Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos, 2017. Disponível em: <http://www.dgeec.gov.py/> Acesso em: 20/05/2017.

ELÍAS, R.; CHAPARRO, E. S. **La educación en tiempos de Stroessner**. s/d. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/95001398/La-educacion-en-tiempos-de-Stroessner> Acesso em: 20/04/2017.

FERREIRA, C. Entrevista realizada por Denise Sbardelotto, na sede do SNPP. Hernandarias/PY, em 18/08/2016, as 14 hs (traduzida do espanhol).

GOHN, M. da. G. Educação não-formal na pedagogia social. **Anais 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social**. Març./2006.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 8.ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, São Paulo, Ano II, n.º 6, Jun./set./1982, p. 6-35.

HOBBSAWM, E. J. **A era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. SP: Companhia das Letras, 1995.

IICA/BID - Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura/Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Proyecto de Educación Agropecuaria/Tercera Etapa, Paraguay**. Tomo I. San Jose – Costa Rica: IICA, 1983.

ITAIPU/MEC – Itaipu Binacional/Ministerio de Educación y Culto. **Convênio n.º 336, 05/07/1977** (Convenio de Educación entre el Ministerio de Educación y Culto y la Itaipu Binacional). Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Direita/Paraguai.

ITAIPU BINACIONAL. **RDE - Resolución/Reunión Ordinária do Directorio Ejecutivo n.º 053-87, 27/04/1976**. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Direita/Paraguai.

ITAIPU BINACIONAL. **Relatório Anual de Itaipu**. 1985. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Esquerda/Brasil.

ITAIPU BINACIONAL. **Orientaciones Básicas para la Elaboración del Nuevo Convenio de Educación con el Ministerio de Educación y Culto**. 1986. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Direita/Paraguai.

ITAIPU BINACIONAL. **Documento Arquivo Técnico** – Margem Direita, 1987.

LAMBERTI, E. **Regulação e Reprodução do Sistema Socioeconômico: análise da trajetória do desenvolvimento do Paraguai**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2011.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. SP: Hucitec, 1986.

MAZZAROLLO, J. **A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu**. São Paulo/SP: Loyola, 2003.

MEDINA, F. R. de. **Mis recuerdos de una gran Educadora: Dra. Guillermina**. Ciudad del Este/PY: Papyru's, 2012.

MENEZES, A. da M. **A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai (1955-1980)**. Campinas/SP: Papirus, 1987.

NICKSON, R. A. **El regimen de Stroessner (1954-1989)**. University of Birmingham. Birmingham/UK. Select Works, 2010. Disponível em: https://works.bepress.com/andrew_nickson/14/ Acesso em: 15/04/2017.

NÚÑEZ, R. C. Entrevista realizada por Denise Sbardelotto, na residência do entrevistado. Hernandarias/PY, em 18/08/2016, as 14 hs (traduzida do espanhol).

ORTIZ, A. R. T. de. Entrevista realizada por Denise Sbardelotto, na residência da entrevistada. Ciudad del Este/PY, em 18/08/2016, as 19 hs (traduzida do espanhol)

PEREIRA, O. D. **Itaipu, prós e contras**: ensaio sobre a localização, no Brasil, da maior barragem do mundo e suas implicações em nossa política continental. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1974.

PINEDA, O. **Breve Historia de La Educación en el Paraguay**. Assunción/PY: Servilibro, 2012. Disponível em: http://www.portalguarani.com/873_oscar_pineda/20777_breve_historia_de_la_educacion_en_el_paraguay_2012__por_oscar_pineda.html Acesso em: 20/01/2017.

RIVAROLA, D. M. **La reforma educativa en el Paraguay**. Santiago/CHL: División de Desarrollo Social. Naciones Unidas/CEPAL/ECLAC, 2000.

SBARDELOTTO, D. K. **O Projeto Educacional da Itaipu Binacional (1974-1985)**: uma educação para cada vila e para cada fração da classe trabalhadora. Tese (doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2014.

SCHILLING, P. R., CANESE, R. **Itaipu**: geopolítica e corrupção. São Paulo/SP: CEDI, 1991.

SCHILLING, P. R. **O homem, a ecologia, a soberania e o desenvolvimento**. In: SCHILLING, P. R., CANESE, R. **Itaipu: geopolítica e corrupção**. São Paulo: CEDI, 1991. In: SCHILLING, P. R.; & CANESE, R. **Itaipu: geopolítica e corrupção**. São Paulo/PR: CEDI, 1991.

SILVA, J. da. **A Usina de Itaipu e a Operação Condor**: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1987). (Mestrado em História). PUC/SP, 2010.

SILVA, R. A. A. **Brasil – Paraguai**. Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954 – 1973. Um estudo de caso sobre o papel de Strossner e a importância de Itaipu. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). UNB, Brasília/DF, 2006.

SOUZA, A. A. de. **Itaipu e a urbanização da zona de fronteira do Iguaçu**: cidade e conjuntos habitacionais da Usina Hidrelétrica. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), PUC/Campinas, 2011.

THEMAG, Engenharia e Gerenciamento Ltda. **Relatório**. 1982. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Esquerda/Brasil.

UNICON – Informativo. Foz do Iguaçu/PR. Ano I, n.º 1, 04/02/1978. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Esquerda/Brasil.

UNICON – Informativo. Foz do Iguaçu/PR. Ano I, n.º 5, 20/04/1978. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Esquerda/Brasil.

UNICON – Informativo. Foz do Iguaçu/PR. Ano I, n.º 17, 09/12/1978. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Esquerda/Brasil.

UNICON – Informativo. Foz do Iguaçu/PR. Ano II, n.º 33, 31/01/1981. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Esquerda/Brasil.

UNICON – Informativo. Foz do Iguaçu/PR. Ano IV, n.º 68, 02/04/1981. Arquivo Central e Técnico da Itaipu Binacional – Margem Esquerda/Brasil.